



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

Aos 07 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 11h00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro de 2014.

II PARTE

1. Informações e outros assuntos.

2. Nomeação de Deputado Autor de Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013.

3. Apresentação do Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na LII COSAC, em Roma, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2014 e apreciação das Conclusões e Contributo.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) **Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho, [COM(2014)265], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.**

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD).

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

- b) **LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas** Texto relevante para efeitos do EEE [COM(2014)469], *objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.*

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD).

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

- c) **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], *objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional.*

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da liberdade, segurança e justiça COM(2014)713, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

O escrutínio desta iniciativa enquadra-se no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo **prazo para envio de parecer às Instituições europeias termina no dia 27 de janeiro de 2015.**

- b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)714] e Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)715], objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

O escrutínio destas iniciativas enquadra-se no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo **prazo para envio de parecer às Instituições europeias termina no dia 27 de janeiro de 2015.**

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Progressos na concretização do mercado interno da energia [COM(2014)634].Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD (Iniciativa selecionada)

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que determina certas disposições decorrentes da notificação e as disposições transitórias relativamente à cessação da participação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em determinados atos da União no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa [COM(2014)596], objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

6. Apreciação e votação da Ata n.º 185XII relativa à reunião de 16 dezembro de 2014.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

I PARTE

Por impossibilidade do Senhor Presidente da Comissão, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente Deputado Vitalino Canas, que deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição no âmbito da apreciação das conclusões do Conselho Europeu de 18 e 19 de dezembro de 2014, com um intervalo de tempo mais extenso do que é habitual, o que não é benéfico para o trabalho da Comissão dos Assuntos Europeus, mas que se deve a diversas contingências às quais foi necessário atender.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por agradecer a disponibilidade da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) em encontrar uma hora e data para esta audição, permitindo concertar a sua presença na Assembleia da República com a participação no Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros na parte da tarde do mesmo dia.

De seguida, numa apresentação inicial frisou a importância de discutir outros temas para a União Europeia que têm vindo a ser abordados nos anos mais recentes, para além das Conclusões do Conselho Europeu, agora mais curtas e mais diretas na linguagem empregue, e sobre as quais destacou três grandes temas:

- 1) Investimento na Europa e o Plano Juncker – o investimento na Europa continua muito abaixo das médias históricas de investimento na Europa e os dados apontam para uma expectativa de inflação mais baixa e um risco de uma espiral negativa quanto ao investimento e quanto ao nível de preços que tem de ser evitada. O Plano Juncker anuncia investimento, sobretudo privado, para os próximos 3 anos que procura resolver a dificuldade em canalizar fundos que existem – fundos de investimento e de pensões – reduzindo margens de risco para o investimento na economia europeia e que explica a alavancagem que o Fundo se propõe realizar, numa magnitude de 15 e encarada por instituições europeias como uma alavancagem modesta, bem como a estrutura do Fundo, o qual continua em grande medida por definir. Sobre o Fundo, do que foi discutido no Conselho Europeu, é de referir duas reflexões sobre as contribuições no Fundo, que deverão ter a participação dos Estados Membros e que terão um impacto positivo no pacto de estabilidade e crescimento.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

- 2) Acordo de Parceria Transatlântica de Investimento e Comércio (TTIP) – é referido como horizonte para a conclusão do processo de negociação do Acordo o final do ano de 2015. Embora este assunto dependa da posição dos EUA em alguns pontos relevantes, o Conselho Europeu entendeu importante frisar que o TTIP é uma prioridade da UE;
- 3) Coordenação das Políticas Económicas – assuma a forma de arranjos contratuais ou outras formas, conforme referido no parágrafo 4 das conclusões, é o grande tema do próximo Conselho informal já em Fevereiro e do desenho institucional para os próximos anos. O Presidente do Banco Central Europeu, em editorial publicado recentemente, referiu que a coordenação não é suficiente – é também necessária decisão comum. Olhando para a arquitetura europeia em geral é um ponto que tem de ser resolvido para permitir o aprofundamento do mercado interno.

Em sede de debate, na primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados António Cardoso (PS): para referir a situação atual na Grécia, nomeadamente da possibilidade de um governo liderado pelo Syriza e das pressões inaceitáveis da Alemanha sobre o assunto, questionando qual a posição de Portugal sobre a saída da Grécia da zona euro, do seu isolamento na Europa e de qual o seu impacto no nosso país; Ivo Oliveira (PS) para pedir esclarecimento sobre a posição do Governo Português no que diz respeito às contribuições dos Estados Membros no cálculo do défice e da dívida, bem como sobre o processo de alavancagem e de saber que instituições europeias a consideram modesta; António Ribeiro (PSD) para demonstrar preocupação na necessidade de assegurar uma situação de equilíbrio na distribuição dos investimentos no âmbito do fundo europeu, de garantir a consolidação orgânica da UE, bem como na necessidade de retomar a discussão da harmonização das políticas fiscais e de uma maior afirmação da UE no plano da política externa, sobretudo da política de vizinhança a sul e do mediterrâneo; Ribeiro e Castro (CDS-PP), para perguntar sobre os mecanismos de governação previstos na aplicação do plano de investimento estratégico, das interconexões com a convenção da Energia, abordando ainda as eleições antecipadas na Grécia, e de como o assunto terá sido discutido no Conselho, bem como sobre a situação da Ucrânia, nomeadamente da posição da UE sobre o pedido de adesão daquele país à NATO e do anúncio da Rússia da criação de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

um união económica da euro-ásia, tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito de uma segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Costa Neves (PSD) para se pronunciar sobre o estabelecimento de prazos e metas em relação à energia e ao mercado único digital, sobre o apelo à consolidação do mercado único, bem como sobre a natureza do acordo do TTIP, tendo em conta a carta recebida da Comissão Europeia em resposta a missiva de câmaras parlamentares subordinada à competência exclusiva ou partilhada no processo de negociação do mesmo, e para questionar sobre a disponibilização da nota analítica a que se refere o parágrafo 4º das conclusões do Conselho, bem como, por fim, para assinalar o conhecimento da nova Alta Representante das problemáticas do sul no âmbito da política de vizinhança; Vitalino Canas (PS), para sublinhar o acompanhamento da parte da Assembleia da República em relação ao processo de negociação do TTIP e para questionar sobre a consideração para o défice e para a dívida das contribuições para o fundo de investimentos estratégicos, bem como sobre a proposta de lista de projetos nacionais, na ordem dos 16 mil milhões de euros, para beneficiar desses investimentos, debate no qual o Partido Socialista gostaria de ser envolvido; Ribeiro e Castro (CDS-PP) para retomar o debate relativo à política de vizinhança e da necessidade de conseguir que esta seja alargada ao Atlântico Central de modo a incluir Cabo Verde, tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus intervindo para responder ao conjunto de questões.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, podendo ser consultada na página internet da Comissão:

http://arexp1:7780/PLSQLPLC/intwaup01.detalheiframe?p_id=99074



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

II PARTE

1. Informações e outros assuntos.

O Senhor Vice-Presidente, dando início à II Parte da reunião, abordou os seguintes assuntos:

- 1.1. Tinha sido agendada audição da Embaixadora da Letónia em Portugal, para apresentação das prioridades da Presidência do Conselho da União Europeia, com início em 1 de janeiro de 2015, para o dia 13 de janeiro, às 15h00.
- 1.2. Audições no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29.10 – Aprofundar a proteção das crianças, das mulheres e promover a natalidade.

Tinha sido prevista a audição dos seguintes Senhores Deputados portugueses ao Parlamento Europeu no dia 8 de janeiro: Deputado Nuno Melo (09:00), Deputada Liliana Rodrigues (09:45), Deputado Inácio Faria (10:30), Deputada Sofia Ribeiro (11:15), deputada Inês Zuber (12:00) e Deputado Marinho e Pinto (final do Plenário). A Representação da CE em Portugal também seria ouvida a seguir à última audição agendada e o Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, na pessoa do seu Diretor, acompanharia os trabalhos da parte da manhã.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu Inácio Faria comunicou, no dia 6 de janeiro, que não poderá comparecer por motivo de doença e a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Marisa Matias, por motivo de agenda também não pode estar presente, questionando ambos da possibilidade de agendamento de audição noutra data.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

Tendo em conta o calendário previsto para a conclusão dos trabalhos no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, fica prejudicado novo agendamento.

Intervieram os Senhores Deputados Ribeiro e Castro (CDS-PP): sugerindo que na ausência dos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu José Inácio Faria e Marisa Matias lhes fossem endereçadas questões por escrito; e Paula Gonçalves (PSD): propondo que as questões fossem indicadas por cada grupo parlamentar representado na CAE.

Registada concordância dos presentes, o Senhor Vice-Presidente determinou que até ao final do dia seguinte cada um dos grupos parlamentares, querendo, apresentassem as suas questões a endereçar aos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, a quem seria pedida uma resposta até ao dia 12/1/2015, bem como de que fossem informados os Senhores deputados ao Parlamento Europeu Nuno Melo e Liliana Rodrigues do atraso em quarenta e cinco minutos do início das suas intervenções.

- 1.3. O gabinete da Vice-Presidente e Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, informou que fará uma missão a Portugal, no próximo dia 17 de fevereiro (3.ª feira) com o objetivo de debater a Política Externa. Para o efeito, pretende reunir, nesse dia, com as Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (2.ª), Defesa Nacional (3.ª) e Assuntos Europeus (4.ª). A Comissão dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e a Comissão da Defesa Nacional, nas respetivas reuniões realizadas no dia anterior tinham deliberado proceder à audição conjunta, no dia 17 de fevereiro, da parte da tarde. Questionados os Senhores Deputados sobre esta matéria, ficou deliberado que a CAE se associaria a esta audição conjunta.
- 1.4. A Antena da AR em Bruxelas informou que, no âmbito da Semana Parlamentar Europeia, que irá ter lugar nos dias 3 e 4 de fevereiro, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, os seguintes eventos:

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.^a SL

- a) Reunião interparlamentar sobre os ciclos do Semestre Europeu de 2014 e 2015, que incluirá sessões plenárias e três reuniões interparlamentares, em simultâneo, organizadas pelas Comissões ECON (Economia e Assuntos Monetários), EMPL (Emprego e Assuntos Sociais) e BUDG (Orçamentos);
- b) Conferência interparlamentar ao abrigo do artigo 13.º do TECGE, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pelo *Saeima* da Letónia.

No âmbito da metodologia definida a participação desta delegação terá a seguinte composição: Presidente da CAE, Presidente da COFAP, Presidente da CSST, 1 Deputado PS-CAE (a indicar oportunamente), 1 Deputado PCP-COFAP e 1 Deputado PSD-CSST.

- 1.5 Foi recebida na Assembleia da República uma carta, que será distribuída na CAE, do Senhor Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, na qual transmite o Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2015. São focados os seguintes pontos:
- a) O PTCE como marco para o início de uma nova forma de funcionamento da EU – a nova abordagem será aplicada às futuras iniciativas da Comissão, às propostas que já se encontram em discussão e ao acervo legislativo existente;
 - b) O Plano de Investimentos para a Europa impulsionará muitas das medidas que constam do PTCE;
 - c) A disponibilidade dos Comissários a visitar os Parlamentos nacionais, a pedidos destes, para debater o PTCE.
- 1.6. Foi recebida na Assembleia da República uma carta, que será distribuída na CAE, do Senhor Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia, *Frans Timmermans*, aos Comissários Europeus, sobre:
- a) A importância do fortalecimento da relação com os Parlamentos nacionais e a importância crescente destes. Realça também o papel que os Parlamentos nacionais podem desempenhar na aproximação dos cidadãos à União Europeia;

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.^a SL

b) A relação com os Parlamntos nacionais não pode reduzir-se ao diálogo político e ao escrutínio da subsidiariedade, mas deve ser aprofundada através da presença dos Comissários nos Parlamntos nacionais para preparação e apresentação de iniciativas importantes e do Programa de Trabalho da Comissão Europeia;

c) A referência ao facto de que, mesmo que não seja atingido um cartão amarelo, e caso exista um número considerável de pareceres fundamentados, a Comissão deve reavaliar a iniciativa, ainda que para tal não seja obrigada pelos Tratados.

- 2. Nomeação de Deputado Autor de Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013.** De acordo com o Método d'Hondt cabe ao PS. O Parecer deverá ser apreciado e votado na CAE, na reunião de 27 de janeiro para envio, dentro do prazo, à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (prazo limite de 31 de janeiro).

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer o Senhor Deputado Ivo Oliveira.

- 3. Apresentação do Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na LII COSAC, em Roma, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2014 e apreciação das Conclusões e Contributo.**

Tinha sido distribuído na CAE o relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na LII COSAC, em Roma, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2014. O Senhor Vice-Presidente, o único membro da delegação presente na reunião, assinalou o facto de todos os Senhores Deputados terem tido participação na reunião da COSAC, a qual versou muito sobre temas relativos às relações externas da UE e das relações entre os parlamentos nacionais e instituições europeias. Sobre esta último ponto, haverá condições para evoluir no âmbito do aprofundamento do modo dos parlamentos nacionais participarem nas instituições europeias.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) **Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho, [COM(2014)265], *objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.*

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD).

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

- b) **LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas** Texto relevante para efeitos do EEE [COM(2014)469], *objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.*

Deputado Autor do Parecer: Paula Gonçalves (PSD).

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

- c) **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], *objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional.*

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da liberdade, segurança e justiça COM(2014)713, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

O escrutínio desta iniciativa enquadra-se no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo **prazo para envio de parecer às Instituições europeias termina no dia 27 de janeiro de 2015.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer o Senhor Deputado Vitalino Canas.

b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)714] e Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)715], objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

O escrutínio destas iniciativas enquadra-se no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo **prazo para envio de parecer às Instituições europeias termina no dia 27 de janeiro de 2015.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer o Senhor Deputado Ivo Oliveira.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Progressos na concretização do mercado interno da energia [COM(2014)634].

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD

Iniciativa selecionada



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.ª SL

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer o Senhor Deputado Carlos Costa Neves.

- d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que determina certas disposições decorrentes da notificação e as disposições transitórias relativamente à cessação da participação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em determinados atos da União no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa [COM(2014)596], objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PS.

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante.

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer a Senhora Deputada Ana Catarina.

6. Apreciação e votação da Ata n.º 185XII relativa à reunião de 16 dezembro de 2014.

Submetida a votação, a Ata n.º 185/XII relativa à reunião de 16 de dezembro de 2014 foi aprovada por unanimidade dos presentes, registadas as ausências do PCP e do BE.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 janeiro 2015.

O -PRESIDENTE

(Paulo Mota Pinto)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 186/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Cardoso
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Paula Gonçalves
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Celeste Correia
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bravo Nico
Carla Cruz
Catarina Martins
Duarte Marques
Jacinto Serrão
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto